

**RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: VIVÊNCIAS DE JOVENS
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO EM BELO CAMPO**

***RACISM IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: LIVING OF YOUNG STUDENTS
OF MIDDLE SCHOOL IN THE FIELD IN BELO CAMPO***

***RACISMO EN EL ENTORNO ESCOLAR: EXPERIENCIAS DE
ESTUDIANTES JOVENES EN BELO CAMPO***

*Luana Lima Bittencourt Silva
luanna.llb@gmail.com*

Mestre em Ensino

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO

A educação pode ser vista como uma das bases para a construção da cidadania que desempenha relevante papel na formação do caráter e reflexão social. Deste modo, percebe-se que a escola é um espaço propício para que sejam realizados debates sobre a realidade étnico-racial no país, tratando das diversas vertentes que o tema engloba, como estigmatização, desigualdade e práticas racistas, a fim de combater o racismo e gerar equidade racial. Este estudo de caso foi realizado numa escola no campo, no município de Belo Campo no estado da Bahia com setenta e seis alunos do Ensino Médio, no intuito de compreender quais as vivências e concepções destes sobre o racismo no ambiente escolar. Foram aplicados 76 questionários e realizadas 18 entrevistas com os discentes. Através dos resultados afirma-se a existência do racismo explícito e velado nas relações interpessoais, praticado por atores que compõem tanto o grupo de discentes, quanto de docentes da instituição. Observou-se, ainda, que os alunos possuem consciência dos problemas raciais, mas a educação formal pouco tem contribuído para a transformação de ações e pensamentos discriminatórios que acometem os negros.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Educação. Ensino Médio. Estigmatização.

ABSTRACT

Education can be seen as one of the bases for the construction of citizenship that plays a relevant role in character formation and social reflection. Thus, it is clear that the school is a conducive space for debates on the ethnic-racial reality in the country, addressing the various aspects that the theme encompasses, such as stigmatization, inequality and racist practices, in order to combat racism. and generate racial equity. This case study was carried out at a rural school in the city of Belo Campo in the state of Bahia with seventy-six high school students, in order to understand their experiences and conceptions about racism in the school environment. 76 questionnaires were applied and 18 interviews were conducted with the students. The results affirm the existence of explicit and veiled racism in interpersonal relations, practiced by actors that make up both the group of students and teachers of the institution. It was also observed that students are aware of racial problems, but formal education has contributed little to the transformation of discriminatory actions and thoughts that affect blacks.

KEYWORDS: Racism. Education; High School; Stigmatization.

RESUMEN

La educación puede verse como una de las bases para la construcción de la ciudadanía que juega un papel relevante en la formación del carácter y la reflexión social. Por lo tanto, está claro que la escuela es un espacio propicio para debates sobre la realidad étnico-racial en el país, abordando los diversos aspectos que abarca el tema, como la estigmatización, la desigualdad y las prácticas racistas, para combatir el racismo y generar equidad racial. Este estudio de caso se llevó a cabo en una escuela rural en la ciudad de Belo Campo, estado de Bahía, con setenta y seis estudiantes de secundaria, con el fin de comprender sus experiencias y concepciones sobre el racismo en el entorno escolar. Se aplicaron 76 cuestionarios y se realizaron 18 entrevistas con los estudiantes. Los resultados afirman la existencia de racismo explícito y velado en las relaciones interpersonales, practicado por actores que conforman tanto el grupo de estudiantes como los docentes de la institución. También se observó que los estudiantes son conscientes de los problemas raciales, pero la educación formal ha contribuido poco a la transformación de las acciones y pensamientos discriminatorios que afectan a los negros.

PALABRAS CLAVE: Racismo, Educación; Escuela secundaria; Estigmatización

INTRODUÇÃO

A educação é uma das bases para a construção da cidadania do indivíduo. É relevante na formação do caráter e da identidade de estudantes. Assim, ela torna-se essencial para o desenvolvimento de sujeitos críticos e atuantes no meio em que vivem, sobretudo, conscientes de seus direitos e deveres (OLIVEIRA; SANTOS, 2015).

O ambiente escolar é percebido como uma das primeiras portas de entrada para o convívio social que não se dá apenas junto a familiares e amigos. Sendo assim, vislumbra-se que, em todo o decorrer dos anos na educação básica, este ambiente deve ser gerador de equidade, igualdade, compreensão e tolerância às diferenças de cunho socioeconômico, racial, étnico, cultural, entre outras tantas diversidades existentes na sociedade brasileira. Porém, nem todos os ambientes escolares têm desenvolvido um trabalho pedagógico e curricular que vise a inserção e a valorização da diversidade (GOMES, 2010).

Pretende-se que a unidade escolar seja um local onde a pluralidade deve ser compreendida, respeitada e ensinada como acréscimo social e não como ruptura da normalidade. Assim, é necessário que os ambientes escolares, desde seus projetos político-pedagógicos e elaboração de currículos, trabalhem em prol da conscientização e da valorização da diversidade dentro e fora da sala de aula. Nisto, a gestão e seus colaboradores têm papel primordial na luta pela educação valorativa, pregada e praticada por todos, sabendo que

servem de inspiração e incentivo para a ação dos alunos e para a comunidade.

A sociedade brasileira é formada por diversos grupos étnico-raciais. Dentre eles, pode-se citar a grande presença dos negros em diferentes partes do território nacional. Muitas vezes tais grupos étnicos são desvalorizados socialmente em função da sua etnia, ou observados com preconceito - até no ambiente escolar-, o que potencialmente pode criar barreiras para o desenvolvimento da identidade e do auto reconhecimento desses sujeitos, além de causar impacto no reconhecimento de suas raízes, histórias e culturas (CHAGAS, 2009).

Diversas vezes, os negros são observados de forma estigmatizada, devido ao racismo e ao preconceito, ainda existentes e latentes, originados com base numa aversão à descendência, história, cultura, classe econômica e cor destes indivíduos, tratando-os de forma diferenciada nos ambientes sociais (BERTOLDO, 2014). Faz-se necessária, então, uma educação voltada à valorização da história, cultura e identidade negra e quilombola no ambiente escolar. Uma educação que seja instrumento de reforço ao reconhecimento identitário do negro e/ou quilombola e incentivadora de relações interpessoais descarregadas de ideologias ultrapassadas de construção histórico-social de supostas inferioridade e superioridade de raças, fazendo com que todos os alunos tenham acesso a uma formação reflexiva e crítica quanto a esse aspecto social.

Diante desse cenário social percebeu-se a necessidade de implantar políticas públicas educacionais que visassem o reconhecimento e a valorização histórico-cultural dos negros e quilombolas no país. Mesmo com políticas públicas sendo estabelecidas em âmbito nacional, muitos municípios e escolas ainda encontram dificuldades na implantação de projetos e práticas pedagógicas, abstendo-se, assim, do desenvolvimento de ações afirmativas

voltadas às práticas de respeito à diversidade e pluralidade na nossa sociedade. Pelos reflexos da construção sócio-histórica, de forma consciente ou não, muitas instituições educacionais, contribuem para a continuidade da estigmatização, da discriminação, da desvalorização e do preconceito, além de cultivar ideologias e pensamentos retrógrados e ultrapassados na formação de seus estudantes.

Belo Campo, município situado na Bahia, está inserido no território identidade de Vitória da Conquista e encontra-se a 567 km de Salvador. A cidade é pequena, com uma estimativa populacional de 17.317 habitantes, conforme o IBGE (2018), com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,575. Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Educação do município, com base na lei 10.639/03, políticas educacionais para ensino da história e cultura negra e quilombola foram estabelecidas desde 2013, mesmo ano do reconhecimento legal da comunidade quilombola denominada como Quilombo do Bomba, que se estabeleceu na zona rural do referido município.

O povoado do Timbó, região rural do município de Belo Campo, foi escolhido como locus do estudo devido à sua particularidade em ser a única instituição da zona rural a ofertar Ensino Médio no município. Desta forma, de oitenta e nove alunos do Ensino Médio da unidade escolar, setenta e seis discentes (85,39%) das três séries desta modalidade participaram da pesquisa através de questionário e 18 alunos (24% dos participantes) através de entrevista pessoal.

O objetivo deste recorte do estudo foi compreender quais as concepções e vivências dos educandos em relação ao racismo no ambiente escolar e as ações da instituição com vistas a combater a discriminação racial e o racismo. Assim, este artigo divide-se em duas seções que buscam relatar e analisar os dados obtidos dos alunos. Na primeira seção traz-se o aporte teórico para

análise dos dados, discutindo conceitos e pensamentos sobre racismo, preconceito e discriminação racial e a segunda busca trazer à luz do referencial teórico a análise dos dados coletados.

RACISMO: ORIGENS E CONCEITOS

A diversidade entre os seres humanos, principalmente, no que diz respeito às questões físicas e estéticas deu margens para especulações e mesmo rotulações oriundas de diferentes áreas da sociedade, dentre elas as religiões e as ciências e, dentre estas ciências, as sociais, as biológicas, as antropológicas e as filosóficas. Alguns agentes dessas áreas, a seu modo, buscando justificar-se dos atos, outros defendendo suas classes ou ainda o sistema de economia que se sustentava na época (BERTULIO, 2001).

Os negros foram representados como massa de servidão para todas as populações do mundo. No imaginário de muitas nações, os povos de raça negra desempenharam um papel insignificante na história da humanidade, sendo coadjuvantes. Além da Bíblia, de origem judaica, textos védicos (livros sagrados indianos), escritos do zoroastrismo, e também o Alcorão foram norteadores de mitos contra a população negra. Na Bíblia, a maldição de Canaã legitimou religiosamente a escravidão. Também, nos textos védicos os negros são vistos em situações maléficas e de conflito, onde brancos são retratados como “gente de pele nobre” e negros como “gente de nariz chato”, os quais deveriam ser eliminados da face da Terra, na briga entre a luz e as trevas (WEDDERBURN, 2007). Vê-se, assim, como muitos livros religiosos puderam servir por muito tempo como verdadeiros instrumentos de opressão e dominação.

Os povos encontrados nas expedições ocidentais à África foram, então, classificados antropologicamente e através das ideologias dominantes da

época observados como sociedades primitivas, desprovidos de coragem e inferiores aos demais povos. A Igreja considerava o negro como despojado de alma (BERTÚLIO, 2001). A ciência, estudando os negros, os rotulava com inferioridade, dando material, poder e justificativa para a exploração econômica e o domínio dos brancos sobre eles. Estabeleceu-se, assim, uma relação intrínseca que não se dava apenas no âmbito ideológico científico, mas que tomou força pelo campo econômico, transformando o homem, seu semelhante, em “objeto” de exploração apoiado na idealização de que tal raça deveria ser dominada por sua diferença e suposta inferioridade. Na trilha seguida pelo sistema econômico até chegar ao capitalismo que se verifica nos tempos atuais, percebem-se as marcas da idealização de superioridade de determinadas raças como contribuintes para estabelecimento das desigualdades socioeconômicas observadas ainda hoje.

Segundo Guimarães (1999), o racismo não existiria se não se tivesse sido adotada a ideia de que havia espécies e subespécies humanas com qualidades sobrepostas umas às outras. Tais conceitos respaldados em estudos científicos das diferentes épocas causaram as diversas consequências percebidas na atualidade. As perspectivas raciais disseminadas por estudiosos racistas foram grandes auxiliadoras da permanência do racismo na sociedade.

É inegável a forte ligação entre as distinções sociais criadas a partir do conceito/ideologia de hierarquização de raças e os rumos econômicos vividos pela população mundial ao longo dos séculos. Na pretensão de dominar mais territórios ao redor do globo e obter símbolos de poder, a crença de superioridade dos brancos deu a estes a oportunidade de se sentirem e se fazerem donos não apenas de terras e outros meios de produção, mas também de outros povos considerados por eles como inferiores. Sabe-se que a questão racial não surgiu com a escravidão, mas esta foi uma propulsora da

hierarquização de raças e do sentido de exploração econômica relacionado à afirmação de um modelo de produção capitalista. A escravidão, portanto, foi um marco social que aumentou a legitimação do negro como desigual, sem dignidade humana e merecedor do sofrimento ao qual estava sendo posto.

Segundo Nogueira (1985), citado por Guimarães (2004), o preconceito racial pode ser visto como a aversão, construída sócio e culturalmente, a determinada população por sua aparência física ou ascendência que remete a uma raça considerada inferior. Assim, depois da abolição, o preconceito encontrou novas formas de se perpetuar para com os negros, agora velado na ideia de “boa aparência” e padrões de beleza da sociedade.

A ideia de muitos indivíduos era que a integração do negro na sociedade ditada pela distinção entre classes modificaria a marca de distinção por raças, fazendo com que a questão racial perdesse a importância ao longo do tempo. De acordo com o pensamento economicista dominante, a sociedade capitalista não mais se interessaria por critérios raciais, mas econômicos, observando as posições de classe (CALASANS et al, 2015). O racismo terminaria no momento em que houvesse a inserção da população negra no mercado de trabalho e na educação, o que até poderia ter sido verdade, se tal planejamento tivesse ocorrido em tempos propícios e não se arrastado durante séculos, tendo em vista a não intenção do governo e da sociedade em fazer a inclusão dos africanos e afro-brasileiros. Em suma, a hierarquização por classe social, realmente, tem tido maior visibilidade na sociedade. Esse pensar, porém nega a questão racial como fator de forte influência na desigualdade socioeconômica da população

Apesar de a ideia de hierarquia de raças ser combatida, veementemente, a discriminação pela cor de pele ainda é percebida nos contextos sociais mais diversos. Os negros ainda sofrem exímio preconceito racial, mesmo aqueles de

classe econômica mais abastada, apesar das demonstrações se tornarem mais sutis nessas condições. (COELHO; MORAES; COSTA, 2009). Neste contexto, o racismo se faz presente na sociedade, de modo explícito e, também, velado.

De acordo com Bertulio (2001, p. 7) o racismo pode ser percebido como um “comportamento discriminatório, segregacionista ou não, de um indivíduo ou grupo de indivíduo contra um ou o todo de indivíduos pertencentes ao grupo racial diferenciado, ou seja, sob fundamento de diferenças raciais”. Salienta-se que, conforme Art 140 do Código Penal Brasileiro, considera-se injúria racial qualquer ação de ofensa com utilização de elementos referentes a raça, cor ou etnia dirigida a uma pessoa. Ainda sobre essa discussão, Wedderburn (2007), afirma que o racismo pode ser representado por ações egoístas, violentas e agressivas a fim de manter a dominância de uma classe sobre a outra. Muitas vezes, o racista tem a tendência de justificar seus atos ou os negá-los como se a prática não tivesse cunho racista, discursando contra qualquer atividade que tenha a motivação de lutar contra as desigualdades raciais, utilizando-se de argumentos humanitários ou igualitários que não contemplem as questões raciais. Assim, para Wedderburn (2007, p. 12), “o racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-o inevitavelmente à sua trivialização e banalização”. Tal comportamento pode gerar agressões de diferentes cunhos, indo da aversão social ao homicídio (TEIXEIRA; CAMPOS; GOELZER, 2014).

Munanga (2004) afirma que não há consenso para o conceito de racismo, o qual sofreu diferentes interpretações em diferentes épocas. Para o autor, de acordo com o ideário sobre raça e racismo, este último seria a essência ideológica da divisão de raças através das características hereditárias de padrões estéticos e intelectuais que ditam a hierarquia de uma sobre a outra. Assim, para o racista indivíduos de uma determinada raça possuem traços de

inferioridade naturais (físicos e biológicos), dos quais não pode se desfazer ou superar. Ainda, de acordo com Guimarães (1999, p.105)

Racismo pode, ademais, referir-se não apenas a doutrinas, mas a atitudes (tratar diferencialmente as pessoas de diferentes raças e culturas, ou seja, discriminar) e a preferências (hierarquizar gostos e valores estéticos de acordo com a idéia de raça ou de cultura, de modo a inferiorizar sistematicamente características fenotípicas raciais ou características culturais).

O sentimento de que a raça inferiorizada deve ser tratada como tal vem do histórico social de dominação do povo que ao longo do tempo conseguiu se sobressair e ter maiores privilégios na sociedade, levando uma gama de pessoas a acreditar que deveriam ser, realmente, subordinadas e outra a acreditar que deveria concordar com tal ideia de superioridade. De acordo com Blumer (1939 *apud* Guimarães, 2004) o preconceito racial poderia vir acompanhado de quatro sentimentos na raça dominante: 1) superioridade; 2) pensamento de que a outra raça é diferente e alienígena; 3) ideário de que há vantagens e privilégios de sua raça e; 4) medo de que a outra raça deseje fazer parte da prerrogativa dela. Assim, Blumer, na visão de Guimarães (2003) denotava que a essência do preconceito racial seria a reação emocional da classe dominadora sentindo-se “ameaçada” na competição por recursos e posições. Para Guimarães (1999, p. 104)

O racismo, portanto, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de cativo ou de conquista) não pela força ou pelo poder dos conquistadores (uma justificativa política que acompanhara todas as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas (a inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados ou escravizados).

Jones (1967 *apud* Bertulio, 2001) sugere que há três tipos de racismo, sendo eles o individual, o institucional e o cultural. O racismo individual se

estabelece pela crença de que uma raça é superior à outra, através da comparação de si e de seus semelhantes com os outros. Essa ideia se apoia em se achar melhor por causa dos traços físicos e acreditar que estes são fatores determinantes de comportamentos e qualidades sócio-morais. Dentro dessa tipologia de racismo, Jones insere dois tipos de racista: o dominador e o aversivo. O primeiro se caracterizaria como aquele que se utiliza de hostilidade e agressão (em diferentes formas) para fazer com que o outro se sinta inferior, enquanto o racista aversivo afirma-se através da repulsa e de explicações de ideologias culturais para justificar seu preconceito.

Sobre o racismo institucional, Jones (1967) afirma que este vem a partir de ações oficiais de instituições, seja por meio de atitudes percebidas ou por omissão à realidade racial existente. Nesse caso, o racismo individual evolui atingindo sistemas de maior escala e causando significativos prejuízos à camada inferiorizada com a segregação racial em diversos âmbitos sociais, dentre eles o educacional, o econômico e o político.

Quanto ao racismo cultural, o mesmo autor denota que tem elementos dos dois tipos citados, sendo a expressão destes sobre a superioridade cultural que têm em relação às demais raças. Nisto adentram o patrimônio artístico, literário e religioso, por exemplo. As religiões africanas ou de matriz destas são extremamente discriminadas, atribuindo-se a elas obscuridade. Discriminação da história oral em comparação com a escrita de povos civilizados, tradição africana oral vista como sinal de primitividade.

Para Araújo (2015, p. 465) “o racismo se configura como uma forma dos grupos dominantes manterem privilégios historicamente adquiridos em detrimentos dos direitos dos grupos estigmatizados, oprimidos e marginalizados na sociedade brasileira desde a formação do país”. Isso demonstra a cultura marcada pela dominância branca e pelo esforço para que

essa dominância não se findasse.

Fernandes (1971), ainda, considera que o termo “racismo” é sociológico, ou seja, que o mesmo se consolida através das relações sociais e que por isso pode gerar aproximação ou repulsa em determinados grupos. Assim, o racismo parte do sentimento de repulsa pela ideologia sociológica, em outros termos, determinados valores socialmente construídos e é uma persistência do discurso passado que ainda se vê impregnado no imaginário de alguns. De maneira semelhante, para Abrahão (2006), o preconceito não é hereditário, mas construído na socialização. Passada de geração a geração, a história vivenciada pela população negra criou bases para o disseminar de uma cultura onde avalia-se o valor do outro através de sua raça, delegando a eles os piores sentidos sociais.

Segundo Santos (2014), o racismo se perdura com mais facilidade quando o racista pode disfarçar seu preconceito e sua aversão aos negros. Ainda mais, quando a tecnologia ajuda a esconder o agressor. Mesmo sabendo-se que, cientificamente, não há superioridade da raça branca, essa ideia se consolida em muitas mentes.

Reconhece-se nacionalmente a igualdade entre os povos. Constitucionalmente não pode se fazer diferenciação na legitimidade de direitos devido à cor ou raça (GUIMARÃES, 1999). Assim, o preconceito racial no Brasil é tido como incorreto, mas em tantos anos, poucas foram as ações para combater as desigualdades. Com a proibição legalizada da discriminação racial, as demonstrações públicas de racismo têm se tornado mais escassas. Tais demonstrações têm sido trocadas pelo racismo velado, sutil e de conteúdo mais oculto, de forma a não ir contra as normas estabelecidas pela regra social. Assim, entende-se e percebe-se na sociedade brasileira a existência da segregação racial, mesmo tendo suas expressões se modificado com o passar

dos anos. O racista continua acreditando na inferioridade da vítima e rejeitando-o nas relações sociais, apesar de se utilizar de novas roupagens do preconceito racial (CAMINO et al, 2000).

O tipo de racismo que se percebe no Brasil, hoje, facilita a idealização e que não há racismo real, o que facilita a estigmatização e a abordagem de discursos discriminatórios com naturalidade e, até mesmo, aceitação, por sua “inocência” (MOURA, 1996). Desta forma, ações e omissões continuam legitimando o preconceito e o racismo na sociedade ao invés de os indivíduos adotarem sistemas e instrumentos de inibição desta prática.

EDUCAÇÃO NACIONAL: DIRETRIZES PARA O COMBATE AO RACISMO ATRAVÉS DA FORMAÇÃO ESCOLAR

Reconhecer as desigualdades raciais no âmbito social e escolar ajuda a contribuir para o desenvolvimento de estratégias e políticas que valorizem a diversidade no país. A educação é parte fundamental da sociedade e cabe a ela interferir no processo formativo de seus educandos como sujeitos responsáveis e conscientes de suas realidades e dos que fazem parte da sociedade em que ele vive. Promover o debate sobre as questões raciais é essencial para construir relações sociais de respeito às diferenças.

O papel da educação perpassa por transformar o indivíduo, dando a ele chance de melhor compreender o mundo para poder passar a ser agente de mudança (FARIAS, 2014). A cada nova aprendizagem o ser humano pode construir pontes para horizontes diferentes e passa a ter outras percepções daquilo que o cerca. Uma educação que faz com que o homem reflita acerca das diversas questões sociais tende a gerar atores sociais ativos.

Segundo Macedo (2015) a desvalorização da cultura africana e afrobrasileira tem sido constante nos espaços educacionais, nos quais o

racismo e preconceito são tidos como situações a não se interferir. Se a escola tem o papel de formação cidadã deve preocupar-se com as relações sociais, ajudando as vítimas e os agressores a se conscientizar. Não se pode ser omissos e neutros. Quando se faz isso, legitimam-se os ideais de valorização da raça dominante como melhor em relação aos demais. É preciso promover o debate, o questionamento, a consciência. Fazendo o saber em mutualidade.

A discriminação racial no âmbito escolar pode se dar a partir de diversos contextos, dentre eles o pouco acesso dos negros à educação de qualidade; o racismo velado, aceito como atitude inocente e cômica; a estigmatização do negro na sala de aula; a forma como se refere ao negro nos livros didáticos e na história da nação brasileira; dentre outros (LOBO, 2013). No dia a dia escolar são transmitidos valores sociais através de palavras, atitudes e, até mesmo, omissões. Nesse sentido, percebe-se a importância de ter um ambiente escolar que não reproduza ou apoie, seja de forma direta ou indireta, a perpetuação do racismo e preconceito na sociedade.

Precisa-se de uma escola que lute contra as injustiças que foram perpetuadas na sociedade por séculos. Um espaço escolar que cause reflexão sobre as criações sociológicas e desmistifique a cultura da inferioridade negra, bem como defende Kramer (1995, p. 68) ao trazer:

Defendo sempre a ideia de que precisamos rememorar a história – a de cada um de nós e a de todos –, conhecer a história, estudar a história, desatando a linguagem acorrentada por tão diversas mordidas, ameaças, grilhões. Destaco ainda, que os profissionais da educação precisam discutir o racismo e seus próprios preconceitos, tema que, com frequência, não tem sido reconhecido como legitimamente pedagógico. Encontro racismo e preconceito nas coisas da escola? Sim e muito; e como poderia ser de outro modo? Estamos falando de uma instituição que: busca a homogeneidade (remanejamentos, etc); tem um perfil do bom aluno, do bom professor; acredita que existe um melhor método, uma única maneira de ensinar isto ou aquilo; que tem especial apego pelas escalas de desenvolvimento, a padrões de aprendizagem; que padroniza,

uniformiza, que tem nas grades (curriculares) a base de seu trabalho; que separa, segrega, desagrega, valoriza a delação, a desunião, a premiação e o castigo.

Desta forma, afirma-se a importância de que o campo educacional interfira de forma positiva no pensamento atual de seus educandos através da reflexão ativa sobre a história e a cultura que foi formada através dela. Com este tipo de abordagem preconceitos podem ser desvelados e combatidos tanto na consciência individual, quanto no que diz respeito ao coletivo. Daí a importância das leis que visam a valorização da história e cultura africana e afrodescendente como fontes de conhecimento e combate ao racismo no projeto escolar.

No Brasil a Lei 10639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96 acrescentando artigos que interferem diretamente no combate ao racismo para com o negro, é um marco na busca pelo reconhecimento da influência africana e da população afro-brasileira na formação do país e de sua sociedade, enfrentando o racismo e a discriminação do negro (BRASIL/MEC, 2014). Ao estabelecer a obrigatoriedade no ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, principalmente, nas áreas de Artes, Literatura e História é vista como um avanço na luta pela superação do racismo, fazendo com que um grande contingente de pessoas reflita sobre as situações de discriminação e desvalorização do negro, sua cultura, história e contribuição na sociedade brasileira.

A lei 10.639/03 adicionou à LDB 9394/96 artigos de suma importância para fazer com que as escolas implementassem seus currículos a fim de promover igualdade e reparação histórico-social aos negros, sendo eles:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da

sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Ao passo que se faz obrigatório incluir tais conteúdos na Educação Básica, traz um despertar para a emergencial necessidade de modificar o que vem sendo pregado veementemente na formação escolar do Brasil. Agora, dando vez e voz ao compartilhamento da história, cultura e valores da população negra.

Pode-se verificar que a lei 10.639/03 é uma forma de reparação da negação do patrimônio sociocultural dos negros na sociedade brasileira (OLIVEIRA; SANTOS, 2015). É uma abertura para o diálogo sobre a história e cultura silenciada nos processos de formação educacionais e sociais e através do espaço criado por ela, criam-se legitimidades para discutir sobre as questões étnico-raciais de forma crítica, com foco na interconexão das diferenças e na apresentação do desconhecido para desmistificar ideologias que foram disseminadas no imaginário social ao longo do tempo (GOMES, 2012).

De acordo com o Ministério da Educação (2004, p. 17), “com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos”. Assim, ao trazer essa discussão para o campo escolar entende-se que é necessário educar para desconstruir os estereótipos, desde cedo, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial.

Mas, apesar da lei e suas diretrizes embasarem a transformação do imaginário sobre o negro na sociedade, a prática nas escolas nem sempre é

efetiva, na maioria das vezes, devido à crença de que esse problema não existe naquele âmbito escolar ou mesmo na sociedade, fazendo com que o tema fique em segundo plano. Existe um confronto ideológico norteador pelo mito da democracia racial, pela crença do padrão ocidental de ensino e aprendizado necessário, da naturalidade como se percebem as desigualdades raciais – tendo-as como somente de classe-, entre outros.

É preciso desconstruir o imaginário da democracia racial e entender as trajetórias que trouxeram o negro a essa posição em que se encontra. A escola é um local de oportunidades para isso. A mentalidade de muitos converge para o ideário de que a forma de resolver a desigualdade racial e superar o racismo é dar melhores oportunidades de emprego, aumentando suas rendas e assim, conquistando o patamar de igualdade com os brancos que passariam a aceitar e valorizar os negros. O status econômico ainda é visto como sinônimo de competência e valor.

CONCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO SOBRE O RACISMO

Esse estudo foi realizado no município de Belo Campo que se situa no Sudoeste da Bahia e tem uma população estimada de 17.317 habitantes (IBGE, 2018), com uma área de 629.068 Km². O povoamento da área se deu no final do século XIX, por fazendeiros oriundos do município de Tremedal, pertencendo à Vitória da Conquista de 27 de agosto de 1915 a 22 de fevereiro de 1962, sendo desmembrado pela Lei Estadual 1.623/1962, assinada pelo, então governador do estado, Juracy Magalhães. De acordo com essa lei, o município seria composto por dois distritos, Belo Campo (sede) e Quaraçu, sendo administrados por Vitória da Conquista até o ano de 1963, após as eleições municipais (BAHIA, 1962).

A instituição escolar em que se desenvolveu a pesquisa com alunos e profissionais após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no ano letivo de 2018, pertence ao povoado do Timbó, o qual é considerado um dos povoados com melhor desenvolvimento do município de Belo Campo, principalmente, pela questão educacional, já que possui o único colégio da região com Ensino Fundamental II e Ensino Médio, devido à parceria realizada entre a Prefeitura e o Estado.

O povoado possui poucos habitantes, em sua grande parte, de gerações familiares. Com o intuito de caracterizar de forma breve as condições de vida da população, pode-se citar que assim como, na maior parte dos povoados de Belo Campo, o acesso ao trabalho encontrado é na lavoura, pecuária e produção de farinha de mandioca. A renda de muitos dos menos favorecidos é complementada com auxílio governamental e parte da alimentação é proveniente da própria produção agrícola e criação de animais para abate.

O colégio do Timbó atende a população de mais de dezoito povoados que ficam em seu entorno e, atualmente, trabalha com as modalidades de Ensino fundamental II, Ensino Médio (extensão de um colégio estadual da sede de Belo Campo) e EJA - Educação de Jovens e Adultos. São 176 alunos no fundamental II, 22 na EJA e 89 no Ensino Médio, totalizando 287 alunos na escola. Destes, 20 alunos são quilombolas, 9 matriculados no ensino regular e 11 na EJA. A instituição conta com 19 professores com formação de nível superior, além de colaboradores na gestão, coordenação pedagógica e serviços gerais.

CONCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

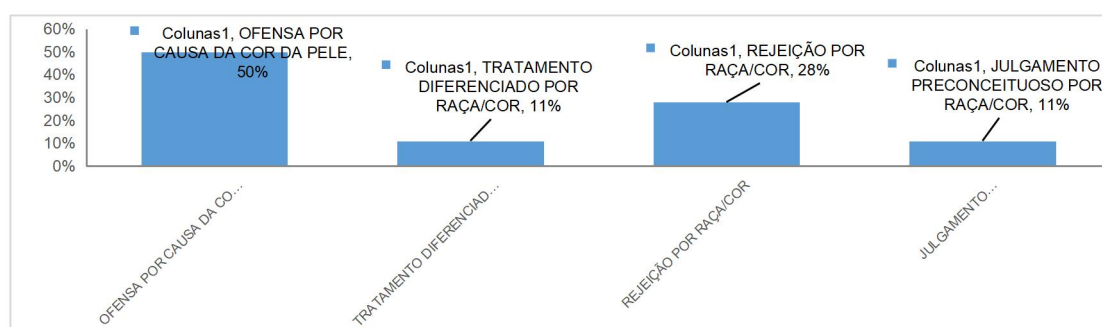
Nesta seção, passa-se a observar quais as concepções dos alunos

quanto ao racismo e à discriminação racial no contexto brasileiro e local. Destina-se a compreender as reflexões e as construções lógicas que estes têm feito ou sido levados a realizar estando no Ensino Médio, também a fim de entender se a escola tem feito inferências sobre a temática, ajudando a desconstruir estereótipos e visões deturpadas sobre determinados grupos étnico-raciais.

Dos 89 alunos matriculados na instituição para cursar o Ensino Médio no ano de 2018, 76 participaram da pesquisa através de questionários e 18 deles, também, através de entrevista pessoal. Desta forma, percebe-se a relevância da amostragem pesquisada, ao passo que se conseguiu pesquisar cerca de 85% do alunado total como fonte de dados para composição deste estudo, tornando os resultados mais confiáveis para análise dos fatos citados.

Na entrevista foi pedido para os alunos conceituarem o termo racismo, como busca da compreensão do que são para eles as práticas racistas. No gráfico 1, a seguir, têm-se as representações de situações que são consideradas racismo pelos alunos, tendo 50% citado a “ofensa por causa da cor da pele” como conceito vigente da ideia de racismo.

Gráfico 1: Conceitos de racismo citados por alunos do Ensino Médio



Fonte: Dados da pesquisa, 2018

As definições citadas pelos alunos corroboram com os conceitos de

racismo adotado por diversos autores, os quais trazem a aversão a indivíduos de determinada raça/cor como fonte de discriminação e violência em suas variadas formas (BERTULIO, 2001; WEDDERBURN, 2007). O racismo, ainda, mostra-se nas atitudes direcionadas a fim de manter dominação e segregação, garantindo privilégios e espaços sociais (SANTOS, 2014). Desta forma, apreende-se que os alunos adotam o senso comum para denotar características ao termo, tentando se aproximar ao máximo da realidade que enxergam e que muitos vivenciam.

Para entendimento da percepção global dos alunos sobre a existência de racismo no Brasil, questionou-se se estes acreditavam ou não na prática racista nas relações sociais em âmbito nacional. Neste quesito, observou-se que 97% dos educandos disseram acreditar que o racismo tem feito parte do cotidiano social do país. Nesse quesito percebe-se, que os alunos não se encontram com a visão 'romantizada' das relações raciais e sociais no Brasil, como há muito se fez. Fato que se deve aos atos de racismo presenciados ou sofridos no cotidiano social, também escolar e familiar, além da percepção da luta contra o racismo e influência da mídia seja divulgando a existência dessas práticas, seja sendo ofensora na percepção dos alunos.

O racismo no Brasil perpetua a escravidão negra que se mantém não mais por correntes físicas, mas sim ideológicas. O descrédito dado aos negros nos diversos espaços sociais denota que a mudança de concepção não tem acontecido com a intensidade que já deveria ter tido (GUIMARÃES, 2004). Guimarães (1999) denota, ainda, que o racismo interfere nas preferências e na adoção de padrões como aceitáveis ou não. Desta forma, é nítida a existência do racismo no país, seja de forma velada ou escancarada nas ações cotidianas e demonstrações simbólicas percebidas. A imagem do negro atrelado ao serviçal do branco, marginal e violento ainda não foi destituída da mente dos

indivíduos e nem das imagens demonstradas corriqueiramente na mídia brasileira.

Um achado importante que merece atenção foi o de que 9% dos alunos se declararam racistas. Como forma de compreender essa afirmação, os alunos declarantes foram convidados à entrevista. Destes, apenas três puderam participar do estudo através desta técnica de coleta de dados, sendo assim, quando questionados sobre o ser racista, após conceituarem o que, sobre suas visões é racismo, confirmaram a declaração. Um destes alunos declarou-se como “pardo” e dois como “morenos”, ressaltando não se considerarem negros. Dois deles não souberam explicar por qual motivo se afirmam como racistas, mas continuaram afirmando a pertença ao grupo.

Um destes educandos, nomeado na pesquisa como AL9M (Aluno número 9 que se auto identificou como moreno), produziu o seguinte relato: “Ser racista é ser uma pessoa que quer rebaixar a outra de uma certa forma, que só pensa em si próprio. Às vezes eu acho que eu sou assim, mas não sei dizer porque me considero racista.”

Em outro trecho o mesmo aluno diz:

Acho que os brancos têm mais inteligência sim. Acho que os brancos têm mais facilidade. A raça dos negros assim, pelo fato de ser mais simples veem de forma diferente as coisas, às vezes de forma bem mais simples e tem menos facilidade. (AL9M, 2018)

Aqui, além do racismo por admitir sentir-se superior a outros, percebe-se arraigado o conceito de inferioridade do negro como sendo menos capaz intelectualmente. Entende-se que mesmo não querendo explicar a motivação que o faz entender-se como racista, os conceitos trazidos em seu universo de fala admitem-lhe a aversão e a estigmatização destinada aos negros.

Já o aluno AL5Pa (Aluno número 5, que se auto-identificou como pardo) afirma sobre o ser racista:

Acho que uma pessoa não está nem aí para o que os outros pensam do que eles vão falar. É uma pessoa que só quer julgar. Daí eu e

considero racista porque mesmo eu tendo consciência disso eu acabo brincando com a pessoa por causa da cor dela e essa pessoa acaba não gostando. Porque mesmo eu levando na brincadeira a pessoa pode não levar.

O aluno em questão demonstra consciência de que é autor de discriminação e que leva a situação como brincadeira, mas não demonstra possuir arrependimento sobre a verificação de que as pessoas sofrem com isso. O aluno descreve o racismo como “uma pessoa que julga a outra pela cor, chamando ela de ladrão ou algo do tipo”, depois admite-se como racista. Isso leva à crença de que em algum momento da vida pode ter passado pela situação de fazer o julgamento de outrem devido à sua raça/cor, atribuindo-lhe a visão estigmatizada de que por ser negro era ladrão.

Colaborando para a definição dos alunos Wedderburn (2007) afirma que o racismo traz insensibilidade ao sofrimento alheio, fazendo com que o agressor não se importe com suas práticas e com o que elas podem causar na vida do outro. Ser racista infere no pensamento de achar-se melhor e banalizar o ato discriminatório como se o outro fosse tão inferior que não tivesse o direito de contestar a agressão, vista como palavra de cunho verdadeiro pelo ofensor.

Todos os alunos que se consideraram racistas se autodeclararam como pardos no questionário. Dois dos entrevistados modificaram sua declaração de raça/cor, passando a se definirem como “morenos”. Esse dado demonstra também, que os alunos podem estar se declarando como pardos ou morenos a fim de negar sua afro-descendência, ao passo que não se disseram negros. Na entrevista, um aluno pardo que se declarou como “moreno”, frisou, enfaticamente, não ser negro. Dos alunos em questão, cinco são oriundos do 2º ano e dois do 3º ano, séries escolares nas quais se espera que os alunos possuam maior criticidade maturidade diante de questões de tal relevância social.

O aluno AL5Pa, também, fez inferências diversas sobre ser pardo, mas

não ser negro. Neste caso em especial, o respondente pode ter sido influenciado pelo relato de sofrer situações racistas e criar um mecanismo de defesa tanto para não se dizer negro, quanto ao assumir-se racista praticando os mesmos atos com os quais sofre. Os dois relataram terem sido alvos de discriminação pela sua raça/cor. As palavras do aluno AL5Pa, por exemplo, foram:

Eu sou uma pessoa que leva tudo na brincadeira. Então não me senti mal, porque as pessoas que fizeram algum tipo de brincadeira racista comigo são colegas meus e entre nós levamos tudo na brincadeira. Foi tipo zoar um pouquinho cor da pele, mas coisas entre nós mesmo que a gente acaba levando na brincadeira. Tipo falando que essa cor era feia e que essa cor não assentava pra mim e algo do tipo.

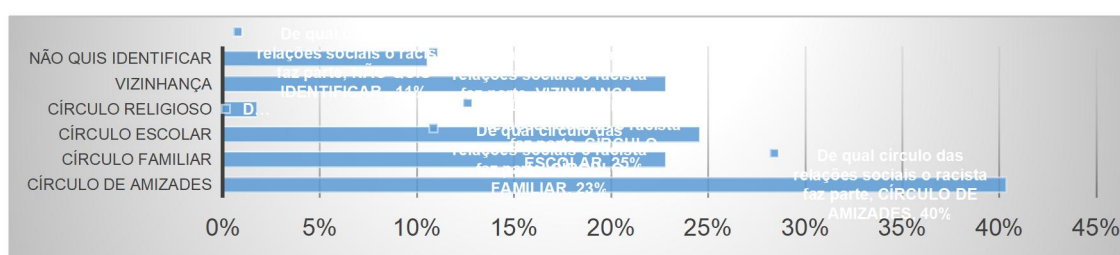
Percebe-se no relato do aluno que, mesmo dizendo encarar a situação como brincadeira sua declaração é carregada de emotividade e de pesar. E ainda, que ofensores fazem parte do círculo de amizade do aluno e para continuar conectado ao grupo as situações racistas são vistas como normais. Tal percepção leva a crer que as práticas racistas contra o educando em questão afetaram até mesmo a observação de si próprio, influenciando na ideia de pertença racial e na imagem que ele deseja que os outros tenham sobre sua raça/cor.

Questionados sobre conhecer alguém racista, 77,6% dos alunos disseram conhecer pessoas desse grupo. Seguindo a definição que deram para o conceito de ser racista, percebe-se que estes observam a aversão que tais indivíduos têm em relação a outras pessoas devido a sua raça/cor. Percebe-se, também, que as pessoas racistas conhecidas pelos alunos têm proximidade com os mesmos, revelando que cotidianamente convivem com a prática e pensamento racista, tendo um número alto tanto no círculo de amizade, quanto no círculo escolar e familiar. Tal dado preocupa, pois demonstra que não tem sido rara a disseminação da ideologia racista, ao passo que não se percebe ação efetiva para desmistificação dessas

concepções errôneas sobre determinados indivíduos e a aversão sobre a diversidade racial, doravante influenciada pelo contexto histórico, social e cultural no qual se vive.

O gráfico 2 demonstra que os amigos, a escola, a família e a vizinhança são os grupos de maior verificação da prática de racismo. Entendendo que os alunos são oriundos de 16 localidades diferentes e que possuem condições de vidas semelhantes, nota-se que a existência de ideologia racista se faz em todas elas. Percebe-se, então, que esses conceitos são arraigados de forma tal a atingir pessoas que possuem características homogêneas, diferenciando-se apenas pela raça/cor, mas que se sentem melhores que outras apenas por isso, devido ao imaginário disseminado na sociedade por tantas décadas.

Gráfico 2: Círculo de relações sociais do qual o conhecido racista faz parte



Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Essa premissa de que o negro tem origem, atitudes e características ruins não se dá pela criação individual, mas pela cultura, até mesmo midiática da imagem do negro na sociedade. Assim, apesar de receber influência direta dos círculos de relações sociais que frequentam, são também influenciados pelo ideal midiático.

Na pesquisa é possível verificar que apenas 9%(7 alunos) alegaram ter sofrido com racismo ou discriminação racial, dentre eles 4 pardos, 1 branco e 2 pretos. Em outro momento do questionário, por sua vez, 25% (19 alunos) alegaram que os colegas foram racistas com eles, mas não se importaram ou ficaram tristes com a situação, contradizendo o dado de que apenas 9% passaram por situações de racismo no ambiente escolar. Outros 12% afirmaram que por serem negros e da zona rural sofrem com o preconceito e discriminação. Na entrevista, 33,3% (6 alunos) admitiram ter sido vítimas de discriminação racial, sendo chamados de urubu, macaco, negrinho ou preto, em tom pejorativo. Segundo o aluno AL13Pr (aluno número 13, preto),

Quando eu era mais pequeno era muito brincalhão. Aí as pessoas se apegavam de mim e aí já começavam a falar “neguin, pretin, macaco”. Coisas assim... Quando eu era menor eu me sentia muito mal, eu não encarava como hoje. Atualmente ainda acontece da mesma maneira, mas eu viro as costas e saio. Não só alunos, mas funcionários fazem isso comigo.

O relato do aluno, quando diz que “vira as costas e sai” demonstra falta de enfrentamento do racismo e pode denotar que há interiorização do aluno de uma certa conformidade com a situação, não tratando tais agressões como crime, apenas “fugindo” da situação, sem revidar. Complementando esse relato, um achado sério na pesquisa refere-se ao fato de relatos em que professores são os ofensores racistas em situações envolvendo alunos. Dois entrevistados relataram ter presenciado cenas em que professores foram racistas dentro da sala de aula, todos em relação a alunos negros. Segundo a aluna AL17N (aluna número 17, negra),

Teve a situação do professor que foi racista!
Ele chegou e fez uma pergunta na sala de aula, onde tem várias pessoas morenas e negras e fez tipo uma piada.
Ele perguntou: “Por que o negro só é gente quando está no banheiro?”. Então ficamos todos sem entender.
Daí ele disse que era só uma piada e respondeu: “Porque quando outra pessoa bate na porta ele responde: “Tem gente!”

Um fator perceptível do racismo nos relatos dos alunos é a desumanização do ser (OLIVEIRA, 2000). Quando se desumaniza o ser, dotando-lhes de apelidos comparados a animais, infere-se também o conceito de que as capacidades do negro são menores que as do branco e que estes são pré-desenvolvidos. A desumanidade aos negros empregada nessa cena explicitada na fala acima retrata o tratamento destinado aos negros no ambiente, dentro da concepção de um educador com formação de nível superior dotado de conhecimento. Assim como propor e divulgar a inferioridade dos negros permitiu a exploração banal destes no passado (ABRAHÃO, 2006), atos como esses incentivam os alunos a continuarem as práticas racistas, seguindo exemplos de profissionais que deviam estar preparados para incentivar o respeito e a igualdade de direitos no ambiente escolar e na sociedade em geral.

Ainda nos questionários foi possível perceber consequências do racismo sofrido, ao passo que alunos admitiram querer ter pele branca e que seus filhos sejam brancos. Sobre ter o desejo de ser de raça/cor branca verifica-se que 12,5%(2)são pretos, 87,5% (14)são pardos. A aluna AL4Pa (aluna número 4, parda) afirma sobre isto:

Já quis ter a pele branca, porque na infância por conta de ser considerada uma pele mais bonita pelo padrão de beleza, pela influência. Agora mesmo depois que assumi meu cabelo crespo disseram que eu não ia conseguir ficar sem passar a progressiva e logo, logo voltaria a passar alisantes. Essa realidade colabora para a percepção de que muitos negros acabam por sentirem-se oprimidos por sua imagem de beleza fora do padrão para a sociedade, almejando fazer parte do grupo dominante para possuir melhores oportunidades e olhares sem negatividade.

Essa realidade colabora para a percepção de que muitos negros acabam por sentirem-se oprimidos por sua imagem de beleza fora do padrão para a sociedade, almejando fazer parte do grupo dominante para possuir

melhores oportunidades e olhares sem negatividade. Alunos afirmam já terem ouvido pessoas dizendo que negros são bandidos e que não iriam conseguir “crescer na vida”, pois eram negros, feios e com cabelos duros. Esses são retratos da imagem que é constituída para os negros há décadas na mídia e na cultura social atravessando gerações e encontrando vítimas em todos os ambientes.

A aluna AL15B afirma achar que o negro é mal visto na sociedade “por causa da cor e do cabelo.” Segundo ela, os negros parecem violentos porque pela cor e características físicas demonstram ser pessoas “fechadas”. Uma demonstração da imagem de ingenuidade e pureza branca, enquanto os negros carregam os defeitos da personalidade humana.

Nas entrevistas 83% dos alunos, por sua vez, afirmaram ter presenciado atos de racismo ou discriminação racial. Verificou-se que 80% dos atos de discriminação ou racismo citados foram direcionados a pessoas negras. Apesar disto, 72% acreditam que o racismo não é direcionado apenas aos negros, mas também aos brancos, quando são chamados de “branquelos”, embora com o uso do termo de forma depreciativa em relação aos negros esteja imbuído todo um histórico negativo e de promoção de desigualdades que não pode ser verificado em relação aos brancos, fato não analisado pelos sujeitos que tecem aquele argumento. Ainda, 17% dos entrevistados acreditam que a melhoria na condição de renda dos negros vai acabar com o racismo para com estes, alegando assim a ideia de que o não racismo existe de fato, mas sim o preconceito de classes, no qual sendo pobre sofre racismo, mas sendo rico não há motivação para que a discriminação continue, o que muitas vezes não se verifica na prática, pois, como já foi discutido, mesmo negros de boa posição financeira sofrem racismo.

O racismo enfrentado dia a dia pelos negros não diz respeito apenas à

cor de pele diferente da dos brancos, mas à ideia de que a cor de pele dá à sociedade uma verdade sobre o indivíduo que sequer conhece. Assim, o preconceito arraiga-se como se natural fosse: atravessar a rua por medo de ser roubado por um negro; achar-se mais humano por ter estética europeia; entender-se como mais intelectual por sua cor mais clara; taxar a estética negra como feia e suja; sexualizar o corpo negro como se apenas a isso servisse ou como se seu destino fosse ao serviço braçal por representação de sua cor e; desumanizar o ser tratando-lhe como selvagem. Esses padrões de 'normalidade' precisam ser combatidos, veementemente, de forma a gerar uma sociedade em que o ser humano não seja desmerecido e desacatado por uma geração passada de estereótipos e mentiras de dominação de homens sobre homens.

Ciconello (2008) ressalta que o racismo é perceptível no cotidiano brasileiro em todos os ambientes onde se fazem as relações sociais, seja no âmbito trabalhista, seja no âmbito familiar ou no relato midiático que se faz sobre os negros. Mais de 90% dos respondentes percebem que há discriminação racial na mídia. Afirmam verificar imagens negativas quanto aos negros em telejornais e programas de entretenimento.

Questionados sobre a reação que tiveram ao presenciar as cenas de racismo, 87% relataram não ter tido condições de fazer nada no momento, o que pode demonstrar um sentimento de incapacidade e, como em outros relatos, conformidade com a situação, aceitando o lugar ao qual os negros são destinados na sociedade, não enxergando o racismo com a gravidade que tem. Por sua vez, 13% relataram ter chamado a atenção do ofensor quanto ao erro. Um número alto de omissões que legitimam o racismo e a prática preconceituosa na convivência, aumentando o número de vítimas e, também, o número de agressores por reprodução de ações cotidianas. Nessa perspectiva,

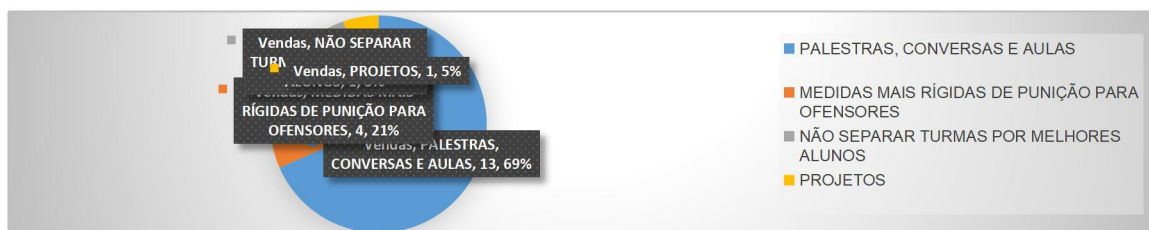
a educação é uma das maiores portas de conscientização e de dotação de argumentos para o combate ao racismo, tanto pela capacidade conceitual, quanto pela larga escala de alcance de diversos públicos e faixas etárias. Ao passo em que mais se discute sobre o assunto, suas causas, origens, raízes, mistificações, malefícios e formas de combate, mais se inibe ações ao gerar reflexão dos atos e agentes de transformação dessa realidade.

Muitos alunos têm presenciado o racismo e se omitido nas situações por não terem esclarecimento adequado para intervirem nesse ambiente, respaldo que a escola poderia estar lhes dando em seu processo de formação. Assim, para compreender melhor a atuação escolar no ensino sobre questões raciais e no combate ao racismo desenvolveram-se perguntas específicas relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais na instituição.

Os alunos que participaram da pesquisa, em sua maioria, têm estudado no colégio desde o 6º ano do Ensino Fundamental. Desta forma, percebe-se que têm propriedade ao falar de suas experiências e vivências na instituição. Sobre o racismo no ambiente escolar, os alunos retratam que isto configura falta de respeito e ignorância do ofensor, ainda pintam o cenário como uma triste realidade, ao passo que na escola deveria ser valorizado o respeito entre os seres humanos. Ainda, segundo a maioria dos respondentes a escola tem contribuído pouco ou razoavelmente para o combate ao racismo.

De acordo com os alunos entrevistados, as medidas a serem adotadas pela escola no combate ao racismo deveriam ser tanto preventivas, quanto punitivas.

Gráfico 3: Medidas que deveriam ser adotadas pela escola no combate ao racismo, na visão dos alunos participantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2018

No gráfico 3 é possível verificar quais as medidas citadas pelos alunos como potenciais para erradicar o racismo do contexto escolar, influenciando que seja também extinto do contexto social. Uma medida em especial, citada pelo aluno AL11BN refere-se a não separar turmas por desempenho escolar. Sobre isso percebe-se que ao citar essa medida como de combate ao racismo, o aluno verifica na escola em questão salas em que os alunos de menor desempenho escolar são negros. Dessa forma, compreende-se que além de não ter medidas efetivas para erradicação do racismo, a organização educacional tem sido realizada de forma a aumentar o preconceito e a discriminação para com os negros nesse ambiente.

Quando questionados sobre a contribuição da escola para que cada indivíduo se sinta bem com sua imagem e raça/cor 44% afirmaram não haver contribuição do processo escolar para isso. Segundo eles, fala-se superficialmente da questão, mas não há trabalho contínuo para tratar de questões raciais na instituição. O aluno AL13Pr, relata sobre a escola

De certa maneira prega umas coisas e depois vem com o inverso do que pregou. Alguns que tá lá na liderança agem de forma errada e não dão exemplo. Acho que por fazer piadas com alunos ou por brincar, mesmo não percebendo os alunos se sentem mal.

Salienta-se que esses 44% que afirmaram não haver contribuição escolar para orgulhar-se de sua raça/cor são os mesmos alunos que sofrem ou sofreram preconceito racial, mesmo acreditando, muitas vezes, ser em brincadeiras. Por outro lado, 86% dos alunos que se consideram negros, disseram que a escola tem os ajudado a se valorizar como tal.

Apesar de apenas 39% ter vislumbrado a discriminação racial nos livros didáticos e ter o relato de não haver projetos que se destinem às questões raciais na instituição, 78% dos entrevistados afirmaram já ter tido discussão sobre a temática racial em sala de aula e 91% afirmaram que já ouviram falar sobre o tema racismo e/ou preconceito racial em alguma aula. Porém, infere-se que pela análise dos dados apresentados, a temática racial não tem sido foco educacional ou tido efetividade nas poucas práticas citadas pelos educandos. Especificamente sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira os alunos citaram já ter visto o assunto no Ensino Fundamental, na disciplina de Cultura Africana. Essa última matéria não está sendo mais lecionada, pois o município a tirou da grade curricular. Dos 89% que disseram ter visto o conteúdo, 80% citaram a disciplina do ensino fundamental como precursora do assunto, enquanto 20% não se recordam sobre a disciplina que fez a abordagem.

Tendo em vista que a temática deveria ser tratada com mais afinco, até mesmo devido à lei 10.639/03, percebe-se que os alunos estão com conhecimentos muito inferior do que era de se esperar de alunos do Ensino Médio que em grande parte estuda no colégio desde a criação da referida lei. De acordo com os relatos dos educandos, a escola não tem posto em prática tais diretrizes, além de não ter tomado atitudes de prevenção ou combate ao racismo. Não há acompanhamento dos estigmatizados e vítimas do preconceito no ambiente escolar e ainda existem profissionais despreparados para ensinar aos alunos o que significa respeito, ao passo que o que tem sido efetivado é exemplo de como ser racista e encarar esse fato como normalidade dentro do contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo se deu em função da tentativa de descobrir e compreender as vivências e experiências de educandos oriundos da educação no campo no município de Belo Campo-BA, especialmente estudantes do Ensino Médio, em relação ao racismo no ambiente escolar, além de suas concepções e perspectivas sobre a intervenção da educação nessa problemática.

Através da pesquisa percebeu-se que a maioria dos alunos vivenciam de perto atos de racismo presenciando tais cenas, sendo espectadores, vítimas ou, até mesmo, agressores, como declarado nas entrevistas. O preconceito racial é percebido tanto na escola, quanto no ambiente social pelos educandos. Grande parcela destes possui contato direto com indivíduos racistas que estão presentes nos vínculos de relações sociais mais próximos, sendo estes a família, o círculo de amizades, a vizinhança e o ambiente escolar.

Atos racistas, por vezes, tiveram origem nos educadores, que conscientes dos dizeres reproduziram frases racistas de impacto dentro do ambiente escolar em suas aulas. Estes acontecimentos não foram citados como sendo apenas de um educador em questão, fato que possui peso ainda maior, ao passo que informa a falta de consciência social e moral, de respeito ao próximo e de bom senso de professores que deveriam ser exemplos para promoção da transformação dessa grande problemática no país. Ademais, infere-se que parte dos educadores entrevistados confirmou tanto a existência de professores declaradamente racistas, quanto da omissão dos setores de gestão em relação a tais acontecimentos, mesmo tendo esses ciência das situações relatadas.

Segundo os alunos não houve intervenção efetiva da escola nos casos de racismo praticados tanto por alunos, quanto por professores, o que induz à ideia de que não há problema na situação, vista na maioria das vezes como

brincadeiras, perpetuando a cultura da inferioridade racial. Assim, a realidade apresentada pelos educandos sobre a instituição retrata uma problemática que não foge à realidade de outras escolas em âmbito nacional.

Percebe-se que os alunos, mesmo no meio rural, de acordo também com a pesquisa, possuindo modos de vida e renda muito semelhantes, convivem diariamente com discriminação e racismo. O racismo presente no relato destes alunos demonstra que as inferências sobre a negatividade do negro como ser social estão sendo feitas como reprodução de conceitos que passam de geração em geração e ficam impregnados nos pensamentos dos indivíduos que, por sua vez, os reproduzem em frases e ações com naturalidade, muitas vezes, dizendo encará-los como brincadeiras. Esquece-se de que tais 'brincadeiras' perpetuam a crença estigmatizada sobre o negro; afetam a percepção do ser sobre si mesmo, causando transtornos psíquicos e emocionais; acatam padrões de ofensas raciais; desumanizam e desrespeitam o indivíduo.

A temática étnico-racial ainda não tem sido percebida como essencial para a transformação das relações sociais, apesar de ser legitimada por leis dentro e fora do contexto educacional. Sobre esta questão deixa-se a reflexão sobre a necessidade de interferir, falar e conscientizar não apenas os educandos que, muitas vezes, chegam às instituições carregados de ideologias embasadas em mitos e crenças retrógradas cultivadas através do senso comum e passadas de geração em geração. Mas também, necessita-se de intervenções que contemplem os próprios educadores sobre a necessidade de refletir sobre seus atos e convicções; sobre o peso do exemplo que são; sobre a importância do estudo étnico-racial no combate ao racismo e, ainda; sobre a realidade em que vivem e não têm enxergado para que vejam os alunos que se sentem envergonhados de sua descendência, que se negam devido à

opressão que sofrem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. **Uma leitura do racismo à brasileira' a partir do futebol**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < [www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/305306_Abrahao%20\(M\)%20-%20Uma%20leitura%20do%20racismo%20a%20brasileira.pdf](http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/305306_Abrahao%20(M)%20-%20Uma%20leitura%20do%20racismo%20a%20brasileira.pdf)>. Acesso em 01 de dezembro de 2018

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Violência, Racismo e Mídia: a juventude negra em situação de risco. **Revista InSURgência**. Brasília, ano 1, v.1, n.2, 2015. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/20058>>. Acesso em 05 de dezembro de 2018

BAHIA. **Lei nº 1623** de 22 de fevereiro de 1962, cria o município de Belo Campo, desmembrado do de Vitória da Conquista. Disponível em: < <http://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-1623-1962-bahia-cria-o-municipio-de-belo-campo-desmembrado-do-de-vitoria-da-conquista>> Acesso em 04 de janeiro de 2019

BERTOLDO, Mário. O indivíduo negro na sociedade e o papel da escola na desconstrução do racismo. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_014_unespar-campomourao_geo_artigo_mario_bertoldo.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2019

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Racismo, violência e direitos humanos**. 2001. Disponível em: < [HTTP://152.92.152.60/web/olped/documentos/2296.pdf](http://152.92.152.60/web/olped/documentos/2296.pdf)>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo

oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",

e dá outras providências. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em 06 de dezembro de 2018

BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> . Acesso em 04 de novembro de 2019

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **História e cultura africana na Educação Infantil**. Brasília, MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

CALASANS, Bruna Santos; SANTOS, Elisane Alves; CRUZ, Franciele Viana; SANTOS,

Mateus Gonçalves Ferreira; ARAÚJO, Maria do Carmo. Democracia racial e a estigmatização do negro na mídia e na sociedade brasileira. **Intercom**– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Natal - RN – 2 a 4/07/2015. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/>>.

Acesso em 10 de setembro de 2018

CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia; MACHADO, Aline; PEREIRA, Cícero. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. **Revista psicologia política**, 2000.

Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_4.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2019

CHAGAS, Waldeci Ferreira. A identidade negra e quilombola entre os moradores (as) de

Mituaçu: Conde – PB. ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <

www.snh2011.anpuh.org/.../1241526971_ARQUIVO_TEXTOANPUH2009.doc>.

Acesso em 20 de fevereiro de 2019

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MORAES, Felipe Tavares; COSTA, Rafaela Paiva Relações raciais contemporâneas: a escola fundamental em perspectiva. **V ENECULT**

-

Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009. Disponível em: < www.cult.ufba.br/enecult2009/19442.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2019

FARIAS, Alípio Magno Oliveira. A educação das relações étnico-raciais: a experiência da escola estadual porto em João Pessoa/PB. 2014. 49f. **Monografia** (Especialização em Fundamentos de Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual

da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/9773>> Acesso em 14 de fevereiro de 2019

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na Educação brasileira:

desafios, políticas e práticas. **ANPAE**, 2010. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>>. Acesso em 08 de março de 2019

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.

Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, 2012, Universidade Federal de Minas

Gerais – UFMG. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-linogomes.pdf>>. Acesso em 01 de dezembro de 2018

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista brasileira de ciências sociais** - vol. 14, número 39, 1999.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100006&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 05 de dezembro de 2018

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação**

e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Rev. Antropol.** vol. 47 nº 1 São Paulo, 2004. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001> Acesso em 04 de janeiro de 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Estimada de**

Belo Campo, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/belocampo/panorama>> Acesso em 07 de fevereiro de 2019

KRAMER, Sonia. Questões raciais e educação: entre lembranças e reflexão.

Cadernos de

Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, 1995. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/850>>. Acesso em 06 de março de 2019

LOBO, Bárbara Natália Lages. **A discriminação racial no Brasil**: verdades e mitos. Minas Gerais, PUC, 2013.

MACÊDO, Leandro Pereira de Sousa. Educação neutra: práticas cotidianas podem ajudar na permanência e reprodução de discriminações contra o negro? **Somma**, Teresina /PI, v.1,n.1, p. 91-103, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://www5.ifpi.edu.br/revistas/index.php/somma/article/view/27>> Acesso em 10 de outubro de 2018

MOURA, Glória. **Navio Negroiro-Batuque no Quilombo**. CNNCT, São Paulo, 1996

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça e racismo. In: **Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói, 2004. Disponível em: < <http://www.uff.br/?q=setor/programa-de-educacao-sobre-o-negro-na-sociedadebrasileira-penesb>> Acesso em 09 de novembro de 2018

OLIVEIRA, Dennis. Globalização e racismo no Brasil: Estratégias políticas de combate ao racismo na sociedade capitalista contemporânea. União de Negros pela Igualdade, 2000. Disponível em: < https://www.alainet.org/images/globali_raci_br.pdf> Acesso em 03 de dezembro de 2018

OLIVEIRA, Niltania Brito; SANTOS, Arlete Ramos. O conceito de raça e racismo com base na construção Histórico social. **Anais UESC**, 2015. Disponível em: <http://nead.uesc.br/jornaped/anais_2015/educacao_diversidade_inclusao/O_CONCEITO_D_E_RACA_E_RACISMO_COM_BASE_NA_CONSTRUCAO_HISTORICO_SOCIAL.pdf>. Acesso em 15 de março de 2019

SANTOS, Vinicius Luiz Zoanys. **O negro, o racismo, a exclusão social e a relação dos estigmas com a seletividade do sistema penal**. Texto Monográfico, UFP. Curitiba, 2014. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37861>>. Acesso em 02 de março de 2019



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13221843>

e-ISSN: 2177-8183

TEIXEIRA, Erika Ferraz; CAMPOS, Josué de; GOELZER, Marlene Márcia. **A permanência do racismo na sociedade brasileira**. 2014. Disponível em <<http://www2.seduc.mt.gov.br/-/a-permanencia-do-racismo-na-sociedade-brasilei-1>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. 2007. Disponível em: <http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/index.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2018

Recebido: 27/06/2019

1ª Revisão: 11/10/2019

Aceite final: 04/11/2019